



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 28 de março de 2018

PAUTAS

Eleição da coordenação do Lic-Provoc

O CD EPSJV homologou o resultado da eleição para a coordenação do Lic-Provoc. Rosa Maria Correa das Neves foi eleita, no dia 23 de março, para o período 2018-2019.

Escola de Governo da Fiocruz

A Direção apresentou a proposta da Escola de Governo da Fiocruz, a partir de um documento enviado pela Presidência da Fiocruz, que já tinha sido discutido na CT de Ensino da EPSJV. Na ocasião, diante de uma avaliação negativa sobre o escopo de atuação que se delineava para a Escola de Governo, um dos encaminhamentos foi que a EPSJV enviasse um texto com contribuições, mesmo já tendo passado o prazo definido pela Presidência, que foi considerado insuficiente.

O vice-diretor de Ensino relatou que na CT de Ensino, que teve a participação da vice-diretora de Ensino da ENSP, Lucia Dupret, para a discussão dessa pauta, verificou-se semelhanças entre as críticas das duas unidades ao projeto. Foi solicitada então uma reunião conjunta com a vice-presidência de Educação da Fiocruz para tratar do assunto, mas a vice-presidência não aceitou, realizando a reunião apenas com a EPSJV. A ENSP chegou a enviar alguns comentários sobre o documento para a vice-presidência enquanto a EPSJV indicou que só enviaria suas contribuições após debates no CD. O representante da vice-presidência acatou a decisão da Escola, reconheceu que o documento tem lacunas e disse que esperava que os apontamentos da EPSJV pudessem ajudar a resolvê-las.

Na reunião com a vice-presidência, a Direção falou de seu estranhamento pelo fato de o documento não se limitar à pós-graduação lato sensu, como era inicialmente, incluindo outros níveis de formação como a própria educação profissional. A Direção lembrou que esses outros níveis de formação possuem regulações próprias e são realizadas por unidades da Fiocruz, portanto, não precisariam ser centralizadas na Escola de Governo. Ao mesmo tempo, preocupa a possibilidade de que solicitações externas de cursos sejam feitas diretamente à Escola de Governo, sem passar pelo crivo político-pedagógico da unidade que teria aquela formação como parte da sua missão.

O documento com as contribuições da EPSJV sobre a Escola de Governo, elaborado a partir das discussões na CT de Ensino, foi lido no CD EPSJV para subsidiar o debate. Após a leitura, o coordenador do Laborat disse que a carta não trazia uma proposta e ponderou que seria importante não apenas recusar o documento, mas também apresentar uma alternativa. A Direção sugeriu que a proposta da EPSJV fosse que a Escola de Governo se atenha ao seu escopo inicial – regular a pós-graduação lato sensu na Fiocruz.

O representante do Lateps disse que concordava que o documento da EPSJV deveria ser mais explícito e que a Escola de Governo colocava em xeque a própria missão da Fiocruz que, por ser uma instituição pública, estatal e estratégica de Estado, não deve trabalhar apenas sob demanda dos governos. Disse ainda que considerava equivocado o entendimento de que a Fiocruz só poderia fazer pós-graduação sendo uma Escola de Governo e que todas as outras unidades, exceto a EPSJV, continuaram oferecendo cursos de Especialização, mesmo sem a ter certeza da certificação. Em sua avaliação, a Fiocruz poderia ter apresentado ao MEC um parecer jurídico, em vez de criar a Escola de Governo.

O representante do Lateps sugeriu que a EPSJV apresentasse como propostas: que a Escola de Governo seja criada apenas para certificar a pós-graduação lato sensu; que o Comitê Gestor da Escola de Governo seja formado pela EPSJV, ENSP, vice-presidência de Educação e Gereb; e que o comitê executivo seja transformado em uma secretaria-executiva, composta apenas pela Gereb e a Vice-presidência de Educação. Ele sugeriu ainda que a EPSJV apresente um documento individual, pois considera que há divergências entre a Escola Politécnica e a ENSP em relação a processos de formação como o ensino a distância, por exemplo.

O coordenador do Labgestão destacou que a Escola de Governo da ENSP foi criada para fazer a captação de recursos para que a ENSP realizasse atividades que ela tinha dificuldade em fazer com financiamento da União. Por outro lado, a Gereb, que não é uma unidade, quer oferecer cursos que as unidades já oferecem, mas tem dificuldade de certificação e, por isso, pauta o assunto na Fiocruz. Segundo ele, com isso, a EPSJV fica quase obrigada a decidir sobre um tema que não nos interessa e que pode gerar problemas futuros.

O CD EPSJV aprovou o encaminhamento proposto pelo representante do Lateps.

Complexo de formação de professores

A EPSJV foi convidada pela UFRJ para participar, em parceria com outras instituições, do projeto Complexo de Formação de Professores. A iniciativa pretende unir instituições como INES, IFRJ, CapUFRJ, Colégio Pedro II, secretarias municipal e estadual de Educação do Rio de Janeiro, entre outras, para criar uma rede de formação docente.

Para estruturar a rede, foi criado um documento, que está em discussão, para que todas as instituições possam dar contribuições sobre a formação docente em diversos aspectos. Após a elaboração deste documento, a diretora da Faculdade de Educação da UFRJ irá discutir, com cada instituição participante, as questões jurídicas. O primeiro documento já foi discutido em duas reuniões específicas, em fevereiro e março de 2018, mas a Escola ainda não recebeu a última versão proposta. A Direção da EPSJV destacou que o projeto não conta com financiamento próprio.

A Direção considera que participar do projeto é pertinente com o Projeto Político Pedagógico da Escola, além de possibilitar pensar a educação no estado do Rio de Janeiro em conjunto com outras instituições de ensino. Disse ainda que, ao participar da iniciativa, é importante que a EPSJV discuta também internamente o processo de formação de professores, tanto para os profissionais da Escola quanto para os estagiários que são recebidos.

A Reprepoli (Ana Lúcia) destacou a importância de se assumir a missão de formar professores, mas lembrou que isso traz um impacto para uma unidade de ensino e que tem implicações diversas, como o aumento de trabalho na carga horária dos docentes. Ela disse ainda que considerava importante que fossem retomados os trabalhos do GT de formação docente da EPSJV.

A coordenadora do Lic-Provoc destacou que o projeto é ambicioso, mas há dificuldades de financiamento no interior da própria universidade. Disse ainda que a iniciativa pode ser interessante para discutir outras lacunas na educação como a formação do professor da educação técnica.

Na votação, o CD EPSJV aprovou a participação da Escola Politécnica no projeto com o voto de todos os conselheiros, exceto o coordenador do Labman que se absteve.

Projeto de Mobilidade Docente de Curta Duração

A coordenadora da CCI apresentou o Projeto de Mobilidade Docente de Curta Duração, que já foi apreciado na CT de Ensino da EPSJV. A ideia é que, inicialmente, o projeto seja experimental, com o envio e recebimento de professores de Cuba e do Uruguai, visando à formação docente, área que compreende uma das principais missões da Escola em suas ações de cooperação internacional.

A proposta é que o intercâmbio docente tenha a duração de até quatro semanas, por causa das limitações orçamentárias, mas que tenha continuidade ao longo dos anos. Na discussão da CT Ensino, foram apontadas algumas questões como a curta duração do intercâmbio, dificuldades com o idioma e se existe orçamento para o projeto.

A Direção destacou a importância de que os planos de trabalho dos docentes não sejam uma iniciativa individual, mas sim um projeto que tenha reverberação na Escola. Inicialmente, o projeto tem um custo de R\$ 20 mil por ano, podendo ser reduzido de acordo com as parcerias que serão firmadas para sua execução. A Direção destacou que era importante deliberar sobre o mérito do projeto, independentemente da questão orçamentária, para depois pensar nas possíveis parcerias.

O coordenador do Labgestão disse que não estava claro qual era o objeto do projeto e que considerava que a língua não deveria ser uma barreira. Além disso, sugeriu que o processo seletivo dos docentes fosse bem abrangente, possibilitando a participação de um maior número de professores da Escola, e que também houvesse bastante clareza nos critérios de seleção.

O coordenador do Laborat disse que o impacto orçamentário é uma questão importante e que tinha dificuldade em decidir sobre o projeto sem as informações sobre como será o Orçamento de 2018 e, a partir disso, pensar as prioridades da Escola. Também pediu esclarecimentos sobre as áreas e o funcionamento do projeto.

A coordenadora do Labform também disse que não tinha clareza sobre o objeto do projeto e sobre as questões orçamentárias. Disse ainda que considerava interessante a Escola retomar a formação em língua estrangeira (a Escola já ofereceu curso de espanhol para os trabalhadores) ou até mesmo preparar um trabalhador para o intercâmbio, com um curso de idiomas específico.

Já o representante do Lateps disse que considerava que o projeto amplia o escopo de cooperação internacional da Escola e que a deliberação sobre ele não deveria estar vinculada ao orçamento, pois a aprovação pelo CD EPSJV não traz responsabilização orçamentária. Ele defendeu que, decidindo pela pertinência do projeto, a Escola iria então buscar o financiamento, que poderia, inclusive, ser externo (por meio de editais, por exemplo). Disse ainda que dificilmente uma

iniciativa teria capacidade para abranger todos os trabalhadores da Escola, mas que isso não tira a importância do projeto, que abre frentes de cooperação internacional.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que, além da questão orçamentária, tinha dúvidas sobre a pertinência do projeto e que considerava que um projeto da Escola não poderia focar apenas na Educação Profissional em Saúde. Disse ainda que considerava importante ter um prazo para a realização do projeto. A coordenadora do Lavsá também disse que era importante trabalhar com prazos e questionou sobre os critérios de seleção.

A coordenadora da CCI explicou que os objetos do projeto incluem as áreas de gestão do ensino, pesquisa e ensino, mas que não se limita à educação profissional em saúde. Disse ainda que seria importante fazer a discussão coletiva na CTEI das áreas prioritárias para a Escola e concordou que o CD EPSJV poderia aprovar o mérito do projeto e depois pensar no aporte financeiro.

A Direção destacou que o projeto visa ampliar a cooperação internacional na EPSJV e que seria estratégico para a atuação na formação docente e para a cooperação internacional na Escola. A Direção sugeriu que o projeto fosse aprovado por sua pertinência para, a partir daí, serem iniciadas as negociações com as instituições parceiras sobre as questões burocráticas e financeiras. Uma das alternativas, se não houver recursos suficientes, é que neste primeiro ano do projeto a EPSJV apenas receba professores (custeados por suas instituições de origem), sem enviar docentes para o intercâmbio.

A Direção encaminhou que o CD EPSJV deliberasse sobre a pertinência do projeto e que o tema voltasse ao Conselho Deliberativo quando o Orçamento 2018 estiver definido. O coordenador do Labgestão solicitou que fosse votado também que a discussão dos objetos seria realizada na CT de Ensino.

Na votação, o CD EPSJV aprovou os encaminhamentos, com a abstenção do coordenador do Labman.

Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Institucional

O vice-diretor de Gestão informou que foi lançado pela Fiocruz o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Institucional (PIDI), no qual poderão ser inscritos projetos de diversas áreas de atuação para serem financiados com recursos da Presidência da Fiocruz.

O coordenador do Laborat perguntou se os projetos serão individuais ou coletivos da unidade e disse que em seu laboratório foi destacada a importância de se pensar em um projeto sobre a saúde do trabalhador.

A Direção informou que aguarda o edital para esclarecer esses pontos, mas destacou que o ideal seria que os projetos fossem coletivos da unidade. Uma das propostas da Direção é criar um grande projeto de sustentabilidade, incluindo diversas ações que já são realizadas na Escola, além de novas iniciativas relacionadas ao mesmo tema.

O representante do Lateps destacou que considera equivocada a concentração de um grande volume de recursos financeiros na Presidência da Fiocruz, sem que sejam discutidas as prioridades orçamentárias institucionais. Disse ainda que esse tipo de edital estimula a concorrência interna nas unidades e, para evitar isso, sugeriu que a EPSJV submeta apenas um único projeto, definido coletivamente pela Escola.

A Direção disse que a Fiocruz tem trabalhado na lógica de editais e captação de recursos externos e concordou com o encaminhamento do representante do Lateps de que seja construído um projeto coletivo para concorrer ao edital.

O CD aprovou o encaminhamento e o vice-diretor de Gestão informou que quando o edital for lançado, será convocada uma reunião para tratar do tema.

Conjuntura do Profags

O vice-diretor de Ensino fez um breve histórico das articulações da EPSJV junto a instituições de ensino e representantes da categoria desde que foi anunciado o Programa de Formação Técnica para Agentes de Saúde (Profags), que prevê que 200 mil ACS e ACE sejam formados como técnicos de enfermagem, em um curso presencial ou semipresencial. Ele lembrou os riscos da proposta, que descaracteriza esses trabalhadores, que já vêm de diversos enfrentamentos anteriores. A Direção também se reuniu com o vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, Manoel Barral, para questionar a participação da Unasus, que é coordenada pela Fiocruz, no Profags.

Mariana Nogueira, que integra a equipe de coordenação do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (CTACS) da EPSJV, fez uma apresentação sobre a trajetória do curso, que existe há dez anos na Escola, sua importância política e sobre as consequências do Profags para a formação e a inserção desses trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ela lembrou que o trabalho dos ACS tem sido alvo de constantes transformações pelo Ministério da Saúde e que, desde 2016, intensificaram-se as ações de desmonte do SUS e da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Desde então, segundo ela, já houve demissão de ACS em diversos estados.

Entre as críticas da EPSJV ao Profags, estão o fato de a formação técnica em Enfermagem ser realizada na modalidade semipresencial, no período noturno, e o trabalhador ter que pagar R\$ 5 mil para a instituição formadora, caso não conclua o curso. Mariana defendeu que a formação técnica em ACS e ACE é um direito dos trabalhadores, tendo em vista que esses profissionais são exclusivos do SUS, e promover sua formação técnica significa investir na política pública de saúde, fortalecer a educação profissional em saúde de nível médio e defender o modelo atual de Atenção Básica. Ele explicou que, nos dez anos de realização do curso na EPSJV, os ACS do estado do Rio de Janeiro já conseguiram algumas conquistas como uma gratificação para os que concluem a formação técnica e o incremento de sua articulação política e organização em entidades representativas.

Mariana disse que a Federação dos ACS e a Conacs já se posicionaram contra o Profags e estão orientando os trabalhadores a não aderir ao programa. Algumas ETSUS também estão contrárias ao Profags e anunciaram que não vão oferecer os cursos. Também já manifestaram posição contrária a Aben, Cofen e Coren, além de diversos sindicatos de Enfermagem.

Cristina Morel, que também integra a coordenação do CTACS, disse que considerava importante para o fortalecimento interno do CTACS e do curso técnico em ACE que essas formações fossem mais integradas aos processos gerais da Escola, com aulas inaugurais comuns e participação da coordenação do curso na Cogetes, entre outras ações possíveis.

Mariana destacou que vários estados já concluíram a formação técnica dos ACS e que, na próxima semana, haveria uma audiência pública no Congresso Nacional sobre o Profags. Disse ainda que a Escola está planejando um evento, em parceria com a Aben, para fazer uma discussão ampliada com os trabalhadores.

A coordenadora do Lavsa ressaltou que o Profags também altera o modelo de assistência da Estratégia Saúde da Família (ESF), voltando para o modelo Biomédico. O representante do Lateps disse que a Fiocruz deveria ter se mobilizado para derrubar a portaria do Profags, além de não permitir que a Unasus faça parte desse programa. Em sua avaliação, a instituição que promove a formação dos ACS e ACE não pode ser a mesma que fornece a plataforma (Unasus) que vai possibilitar a formação técnica em Enfermagem, majoritariamente privada, que vai prejudicar a formação já realizada pela Fiocruz.

O coordenador do Laborat sugeriu que a Direção leve essa discussão para o CD Fiocruz, pois considera importante que a instituição se posicione sobre o tema. O coordenador do Labgestão destacou que o Profags compromete a Estratégia Saúde da Família e outros programas vinculados, além de ferir princípios fundamentais da reforma sanitária e promover o desmonte do SUS. Disse ainda que considera o assunto grave e que a Escola deve fazer um enfrentamento no CD Fiocruz.

A Direção disse que vai continuar fazendo as articulações necessárias e vai ampliar as discussões sobre o Profags, assim como de outros temas de interesse para a Escola, como a reforma do Ensino Médio.

Indicação para a Câmara Técnica do CNS

O vice-diretor de Ensino informou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) vai criar uma Câmara Técnica de Atenção Básica. O GT de Atenção Básica da EPSJV fez um documento indicando Mariana Nogueira (Laborat) como candidata, mas, em conversa com o chefe de gabinete da Fiocruz, Valcler Rangel, o chefe de gabinete da EPSJV foi informado de que a Fiocruz indicaria quatro candidatos, dois da EPSJV e dois da ENSP, considerando que a discussão sobre Atenção Básica não se dá apenas na Escola Politécnica. A EPSJV encaminhou as candidaturas de Mariana Nogueira (Laborat) e Carlos Maurício (VDEI).

O coordenador do Laborat, que também integra o GT de Atenção Básica, ratificou a indicação do grupo, que considera a candidatura de Mariana Nogueira a mais indicada. Disse ainda que não questiona a decisão da Direção, mas acredita que a indicação de apenas um nome é mais estratégica e fortalece a candidatura.

O representante do Lateps disse que, se a Fiocruz realmente quisesse ter alguém na CT de Atenção Básica do CNS, iria investir em uma única candidatura para fortalecê-la. Defendeu ainda que considera a candidatura de Mariana a mais adequada.

O CD EPSJV aprovou por unanimidade o encaminhamento proposto pela Direção de que fosse indicada a candidatura de Mariana como primeira opção e a de Carlos Maurício como segunda alternativa.

Movimentação de trabalhadores

O CD EPSJV aprovou a movimentação de Emanuele Alves (Latec) da EPSJV para a Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz. Emanuele foi convidada pela Universidade da Carolina do Norte para dar continuidade ao seu projeto de Doutorado, no qual pesquisou sobre a droga sintética crocodile. Em sua pesquisa, ela descobriu que, a partir da crocodile existem 54 possíveis moléculas de uma droga analgésica. A descoberta pode gerar uma patente para a Fiocruz. Para não perder essa possibilidade e como não existe um laboratório brasileiro com as condições técnicas necessárias para a pesquisa, foi solicitada a transferência de Emanuele para a vice-presidência. Ela realizará seu trabalho na Universidade da Carolina do Norte e buscará realizar uma cooperação técnica entre a Fiocruz e a instituição norte-americana.

Atividades Diversas

A coordenadora da Cogetes fez um relato sobre a criação das Atividades Diversas, que acontecem nas tardes de quinta-feira, e é um componente curricular da Escola que objetiva ser um espaço no qual podem ser trabalhadas questões de interesse dos estudantes, que nem sempre são tratadas nas salas de aula.

De acordo com ela, a partir de certo momento, as propostas de atividades foram se reduzindo e passou-se a ter dificuldades de oferecer opções para os estudantes. Com isso, o espaço foi se esvaziando, perdeu seu sentido original e a coordenação das Atividades Diversas tem tido muita dificuldade em conseguir que os laboratórios e setores proponham atividades. Diante disso, a Cogetes decidiu suspender a obrigatoriedade das atividades diversas para os estudantes do quarto ano até que a Escola decida sobre os encaminhamentos referentes a esse componente curricular.

A coordenadora da Cogetes solicitou que o CD EPSJV e a Escola como um todo discutam se as Atividades Diversas devem continuar a existir e de que maneira. Ela lembrou que se a decisão for pelo fim das Atividades Diversas, é preciso discutir também como ocupar esse espaço e oferecer outras atividades de interesse dos estudantes. Ela informou que as coordenadoras das Atividades Diversas, Fernanda Martins (Lires) e Simone Ribeiro (Latec), procurarão os laboratórios e setores para mapear as possibilidades de atividades que podem ser oferecidas.

A coordenadora do Labform lembrou que as Atividades Diversas foram criadas como um espaço de experimentação para o aluno e para o professor. À época, a questão da obrigatoriedade foi amplamente discutida e decidiu-se que seria uma atividade obrigatória para que esse componente fosse, de fato, um espaço de escolha e experimentação – o que se perdeu ao longo do tempo por falta de opções.

O coordenador do Laborat disse que acha interessante o projeto das Atividades Diversas e que vai levar a discussão para o seu laboratório. O coordenador do Labgestão sugeriu que fosse pensado outro modelo para as Atividades Diversas, como a divisão por séries ou por habilitação, ou ainda a realização de uma única atividade mensal, reunindo todos os alunos.

Gabriel Pedro (Grêmio Politécnico) disse que os estudantes se interessariam mais pelas Atividades Diversas se abordassem temas de interesse deles. Segundo ele, muitas vezes, apenas uma atividade é oferecida e não é do interesse da maioria dos alunos. Com isso, eles preferem usar o tempo para estudar ou fazer outros trabalhos escolares. Ele criticou a obrigatoriedade de que os estudantes façam um relatório semanal das Atividades Diversas, o que não acontece com nenhuma outra disciplina, e obriga que os estudantes participem das atividades, mesmo quando não é de seu interesse. Defendeu ainda que o quarto ano continue liberado das Atividades Diversas, pois já fazem estágio, monografia e alguns deles ainda cursam pré-vestibular.

A Direção disse que considerava importante discutir os processos pedagógicos da Escola e a integração dos currículos, não apenas no CD EPSJV, mas também nos laboratórios e nas Câmaras Técnicas, e solicitou que a discussão tivesse continuidade nos demais espaços colegiados.

INFORMES

Reprepoli

A Reprepoli informou que a assembleia para a eleição dos novos representantes dos trabalhadores da EPSJV, convocada inicialmente para o dia 26 de março, foi adiada, a confirmar, para o dia 4 de abril.

Orçamento 2018 da EPSJV

O vice-diretor de Gestão informou que houve um corte de R\$ 110 milhões no Orçamento 2018 da Fiocruz, o que corresponde a cerca de 10% de redução para cada unidade. Além disso, houve um corte de R\$ 2 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde, mas ainda não se sabe qual o impacto disso para a Fiocruz.

A previsão é que, até o final de junho, a Fiocruz trabalhe com sistema de cotas financeiras. Depois disso, deve ser definido o Orçamento 2018.

Na próxima semana, a vice-direção de Gestão irá se reunir com a Diplan para discutir questões do orçamento. Logo após, a vice-direção de Gestão vai começar a se reunir com os laboratórios e setores para conversar sobre o Orçamento 2018 e os indicadores institucionais.

Indicadores Institucionais – Ciclo 2018

A EPSJV vai iniciar o processo de revisão dos Indicadores Institucionais 2018.

Calendário de eventos da EPSJV

A Direção distribuiu o calendário de eventos já previstos na EPSJV em 2018 e solicitou que os laboratórios e setores incluam eventos que ainda não estejam no calendário.

Jornada Universitária da Reforma Agrária

Será realizada de 18 de abril a 18 de maio, a V Jornada Universitária da Reforma Agrária. Na Fiocruz, o evento é coordenado pela EPSJV e terá diversas atividades como debates, oficinas e rodas de conversa.

Fórum Mundial da Saúde e Seguridade Social

O Fórum, organizado como pré-evento do Fórum Social Mundial, teve representações institucionais da EPSJV, da ENSP e do Palácio Itaboraí. A EPSJV promoveu as mesas 'As experiências e desafios da formação em Agroecologia e Saúde: politecnicidade, educação profissional e educação do campo' e 'Formação de trabalhadores de saúde para a ação transformadora e socialmente comprometida', além da oficina 'Caminhos das águas e da Agroecologia diante da crise hídrica'.

A EPSJV conseguiu encaminhar a moção de apoio em defesa da autonomia das instituições acadêmicas e de pesquisa e contribuiu no documento final trazendo questões como a militarização da sociedade e a privatização da saúde.

Conepe

A EPSJV participou da Conferência Estadual Popular de Educação (Conepe) com o apoio na confecção de materiais e filmagem. A Escola participou também das discussões de quatro grupos de trabalho, mas os representantes da EPSJV consideraram que a metodologia dos grupos foi problemática, pois foram organizadas sínteses que, além de mal escritas, ocultavam embates e problemáticas do documento original, ocasionando um debate mais superficial. Na plenária final, foi aprovada a Carta do Rio de Janeiro com as propostas da conferência.

Latec

O Latec vai encaminhar um formulário para os laboratórios para que sejam feitas as solicitações para uso dos laboratórios pedagógicos.

O Latec também agendará reuniões com os setores e laboratórios para informar sobre o programa de Gestão da Qualidade que está sendo implantado nos laboratórios pedagógicos da EPSJV.

O professor de Bioquímica, Gustavo de Souza (Latec), solicitou seu desligamento da EPSJV, pois irá se mudar de cidade.

Biblioteca de Manguinhos

A Reprepoli informou que seria inaugurada no dia 29 de março, a Biblioteca de Manguinhos, que passou a se chamar Biblioteca Marielle Franco.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Ana Beatriz André (Grêmio Estudantil)
Ana Lúcia Soutto Mayor (Reprepoli)
Anakeila Stauffer (Direção)
André Malhão (Lateps)
Andrea Oliveira (Reprepoli)
Carlos Maurício (VDEI)
Cássia dos Santos (Lic-Provoc) - convidada
Cristiane Braga (Lic-Provoc) - convidada
Daniel Groisman (Laborat)
Etelcia Molinaro (Latec)
Gabriel Pedro (Grêmio Estudantil)
Gabriel Reis (Grêmio Estudantil)
Gilberto Estrela (Labgestão)
Ieda Barbosa (Lavsas)
Ingrid D'Ávila (CCI)
Isabela Cabral (Lic-Provoc) - convidada
José Mauro da Conceição (Lires)
José Orbílio (VDGDI)
Luciana Figueiredo (Labform)
Maria Emília (Reprepoli)
Pedro Castilho (SADM)
Rosa Maria Neves (Lic-Provoc)
Sergio Ricardo (VDPDT)
Valéria Carvalho (Cogetes) - convidada